

Publique - se.
Florianópolis, 04 de abril de 2022.

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckvj
Diretora de Vigilância Sanitária

ANEXO I

EMPRESA: BRASILRAD
RAZÃO SOCIAL: BRASILRAD CONSULTORIA EM RADIOPRO-
TEÇÃO
CNPJ: 07.597.960/0001-20
ENDEREÇO: Rodovia José Carlos Daux, 600, Km 1, Ed. Celta
MUNICÍPIO: Florianópolis – SC CEP: 88030-000

PROFISSIONAIS	CONTROLE DE QUALIDADE	LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO
1 Tiago Trindade Hahn	Fluoroscopia	Fluoroscopia
2 Walmoli Gerber Júnior		
3 Mariana Nani Costa	Mamografia	Mamografia
4 Renato Bocamino Doro		
5 Ana Paula Rodrigues	Radiografia	Radiografia
6 Tiago da Silva Jornada		
7 Caio Vinicius de Oliveira	Radiologia Odonto- lógica	Radiologia Odontológica
8 Maria Carolina Campelo		
9 Briane Evelise da Silva Bandeira	Radiologia Inter- vencionista	Radiologia Interven- cionista
10 Mai Fukuda		
11 Ramon Paiva Ribeiro	Tomografia	Tomografia
12 Kayque Roberto F. de Camargo		
13 Caio Santiloni Cury		
14 Luis Otavio Nunes da Silva		

Cod. Mat.: 812863

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. Estagiários: 1. Katarina Kaminski; Termo de Compromisso nº 101/2021; Data da Rescisão: 22/03/2022. 2. Viviane da Silva; Termo de Compromisso nº 021/2021; Data da Rescisão: 27/03/2022. 3. Ellen de Oliveira Paloma; Pinto; Termo de Compromisso nº 115/2021; Data da Rescisão: 23/03/2022.4. Ana Flavia Carniel; Termo de Compromisso nº 099/2021; Data da Rescisão: 31/03/2022.5. Julia Carolina Souza; Termo de Compromisso nº 018/2021; Data da Rescisão: 09/04/2022.6. Nathalia Carolinsky Silveira; Termo de Compromisso nº 138/2021; Data da Rescisão. Cod. Mat.: 812889

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR001130.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENENTE: Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin, mantenedora do Hospital Santa Clara, com sede no Município de Otacílio Costa. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO: Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2021TR001130 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA: A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. DATA: Florianópolis, 25 de março de 2022. SIGNATÁRIO: André Motta Ribeiro, pela SES e Beatriz da Silva Mesquita Alves, pela Sociedade.

Cod. Mat.: 812919

MINUTA PORTARIA SES Nº 15 de 04/04/2022
Considerando que, a ampliação do acesso e acolhimento aos casos agudos demandados aos serviços de saúde em todos os pontos de atenção, contemplando a classificação de risco e a intervenção adequada e necessária aos diferentes agravos, constituem-se como diretrizes da Rede de Atenção às Urgências;
Considerando a Portaria GM/MS nº 2048 de, 5 de novembro de 2002, que propõe um instrumento que garanta um atendimento rápido, resolutivo e efetivo capaz de hierarquizar o atendimento conforme a gravidade do paciente;
Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que versa sobre a consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde e que no Anexo III, Art. 1º institui a Rede de atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);
Considerando o Decreto Federal nº 7508, de 28 junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Art. 38º. A humanização do atendimento do usuário será fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde previstas no Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde;
Considerando a necessidade de ter um instrumento capaz de acolher o cidadão e garantir um melhor acesso aos serviços de urgência/emergência;
Considerando a necessidade de classificar, mediante protocolo, as queixas dos usuários que demandam os serviços de urgência/emergência, visando identificar os que necessitam de atendimento médico mediato ou imediato;
Considerando a Deliberação CIB nº 336 de 2014, em vigor desde 24/07/2014; no seu Art. 1º define, como critério para implantação do acolhimento e classificação de risco, o Protocolo Catarinense de Classificação de Risco, como linguagem única adotada no Estado de Santa Catarina, em todos os níveis de atenção, prioritariamente nos pontos da Rede de Atenção às Urgências; e ainda no Art. 4º estabelece que serão realizadas revisões técnicas anuais do Protocolo Catarinense de Classificação de Risco, com o objetivo de realizar adequações e atualizações científicas que se fizerem necessárias.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:
RESOLVE:
Art. 1º Criar comissão para revisar, atualizar, implementar e monitorar o Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco nos Pontos de Atenção às Urgências no Estado.
Art. 2º A Comissão será constituída de um grupo técnico e um operativo, com funções distintas.
Art. 3º O grupo técnico será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:
I - Secretaria de Estado da Saúde - SES:
a) Superintendência de Urgência e Emergência - SUE:
a.1) Diretoria de APH Fixo - DAPF, 01(um) Representante e 01(um) Suplente
a.2) Gerência da Rede de Urgência e Emergência - GERUE, 01(um) Representante e 01(um) Suplente
a.3) Gerência de Educação em Urgência - GEREU; 01(um) Representante e 01(um) Suplente
b) Superintendência de Planejamento em Saúde - SPS:
b. 1) Escola de Saúde Pública de Santa Catarina - ESPSC, 01(um) Representante e 01(um) Suplente;
b. 2) Diretoria de Atenção Primária à Saúde - DAPS, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
c) Superintendência dos Hospitais Públicos - SUH, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
II - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
III - Conselho Regional de Enfermagem - COREN, 01(um) Representante
IV - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, 01(um) Representante e 01(um) Suplente
Parágrafo Único: A Coordenação do grupo técnico ficará sob a responsabilidade de um representante da Superintendência de Urgência e Emergência - Diretoria de APH Fixo - DAPF
Art. 4º Ao grupo técnico caberá as seguintes atribuições:
I - Revisão e atualização do Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco;
II - Proposição de novos fluxogramas com base nos protocolos de classificação existentes e disponíveis para consulta pública;
III - Validação dos fluxogramas em consulta aos especialistas;
IV - Indicar as necessidades de educação permanente para os profissionais classificadores e multiplicadores;
V - Auxiliar na captação dos formadores;
VI - Receber e analisar as demandas de necessidades das adequações dos fluxogramas;
VII - Realizar, quando necessário, a revisão dos fluxogramas e

divulgar para os pontos que estão utilizando o protocolo;
VIII - Desenvolver indicadores de desempenho para análise de resultados;
Art. 5º A Comissão poderá convidar entidades e/ou especialistas, do setor público e/ou privado, sempre que entenda necessária a sua colaboração para o pleno alcance dos seus objetivos.
Art. 6º O Grupo operativo será composto por representantes da SES dos seguintes órgãos e entidades :
I - Superintendência de Urgência e Emergência - SUE:
a) Diretoria de APH Fixo - DAPF, 01(um) Representante e 01(um) Suplente;
b) Gerência da Rede de Urgência e Emergência - GERUE, 01(um) Representante e 01(um) Suplente;
c) Gerência de Educação em Urgência – GEREU, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
II - Superintendência de Planejamento em Saúde – SPS:
a) Escola de Saúde Pública de Santa Catarina - ESPSC, 01(um) Representante e 01(um) Suplente;
b) Diretoria de Atenção Primária à Saúde - DAPS, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
III - Superintendência dos Hospitais Públicos – SUH, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
IV - Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 01(um) Representante e 01(um) Suplente.
Parágrafo Único: A Coordenação do grupo operativo ficará sob a responsabilidade de um representante da Superintendência de Urgência e Emergência - Diretoria de APH Fixo - DAPF
Art. 7º Ao Grupo operativo caberá as seguintes atribuições:
I - Realizar a gestão do sistema de acolhimento com classificação de risco nos pontos de atenção a serem implantados;
II - Elaboração de editais para o desenvolvimento, implantação e implementação do acolhimento com classificação de risco no Estado de Santa Catarina;
III - Definir o perfil e a metodologia de capacitação dos formadores em acolhimento com classificação de risco;
IV - Implantar sistema de auditoria para análise de indicadores quantitativos e qualitativos do processo de acolhimento com classificação de risco;
V - Apoiar os profissionais de saúde e gestores na implementação dos projetos referente a ambiência, com base nas diretrizes da Política Nacional de Humanização;
VI - Acompanhamento das auditorias internas e avaliação dos fluxos internos dos pontos de atenção;
VII - Orientar e avaliar a implantação do protocolo nos sistemas de informação do ponto de atenção.
VIII - Realizar a gestão e promoção da capacitação.
IX - Monitoramento de todo o processo.
X - Articular a criação, dentro de cada ponto de atenção com protocolo implantado, de uma comissão interna de operacionalização e avaliação do Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco.
XI - Implementar indicadores de desempenho para análise de resultados;
Art. 8º A Coordenação da Comissão ficará sob a responsabilidade do Superintendente de Urgência e Emergência da SES.
Art. 9º As participações dos integrantes da Comissão não serão remuneradas, sendo considerada atividade de relevante interesse público.
Art. 10º. A Comissão se reunirá, conforme necessidade, para a realização dos trabalhos e, quando necessário, apresentará aos gestores informações acerca do andamento das ações de revisão, implementação e acompanhamento do Protocolo.
Art. 11º. A Comissão terá uma composição inicial e durante o processo, novos membros poderão ser inseridos como colaboradores, conforme necessidade.
Art. 12º. O cronograma de implementação do protocolo iniciará pelas unidades hospitalares próprias da SES.
Art. 13º. As Unidades Hospitalares Estaduais, Municipais e/ou Filantrópicas, Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e Prontos Atendimentos Municipais deverão manifestar interesse à Comissão do Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco para que seja estabelecida a priorização de implantação.
Art. 14º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 15º. Revoga-se a Portaria SES nº 124 de 24 de fevereiro de 2014, publicada no DOE/SC nº 19.770 de 05/03/2014, p.2.
Florianópolis, 4 de abril de 2022.

Cod. Mat.: 812945

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.
Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo SES 112497/2020 e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, RESOLVE aplicar à empresa LICIMED DISTR. DE MED. COR. E PROD. MÉDICOS HOSP. LTDA – CNPJ Nº 04.071.245/0001-60 a penalidade de MULTA no valor de R\$ 174,72 por descumprimento da Ata nº 829/2020 – Edital nº 371/2020(PE)

Cod. Mat.: 812707